BIBLIOGRAFIA

ROGER GRÉGOIRE — *La Fonction Publique* — Paris, 1954 — Librairie Armand Colin, 282 páginas.

Com expressivo prefácio de Louis Camu, êste recente volume da coleção "Sciences Politiques" é uma excelente condensação crítica e ilustrativa de vários problemas ligados à função pública. Não sòmente em seus ângulos jurídicos, como no sentido de técnica da administração, o estudo do conhecido e experimentado Diretor da Função Pública, na França, conquista a atenção e sistematiza o conhecimento. Partindo do conceito francês da função pública, legalmente definida em moldes estatutários, analisa a evolução de seu regime e firma paralelos com a experiência estrangeira. Destaca, em especial, os problemas de organização de carreiras e seu desenvolvimento, do recrutamento de pessoal e sua remuneração. Consagra, ainda, capítulos especiais à sindicalização de servidores do Estado e seus deveres funcionais, assim como ao direito de greve e ao exercício de atividade política.

Extremamente informativo, dotado de plena atualidade, o livro de Roger Grégoire faculta uma viagem amena e sintética pelo domínio tão vasto e intrincado da experiência francêsa. Em certos pontos o espírito de síntese sobrepujou a exatidão expositiva, sem, no entanto, alcançar a infidelidade. Seria, assim, desejável a formulação dos problemas decorrentes do regime do pessoal de serviços industriais e comerciais do Estado, tão numerosos e variados.

A leitura do volume não esgota o contacto com os filões abundantes e ricos da doutrina e jurisprudência francêsas, nem a tanto se abalançou o seu autor. Representa, no entanto, um apanhado lúcido e exato de sua perspectiva panorâmica, assim como de suas tendências e derivações.

CAIO TÁCITO

*

JOÃO LIRA FILHO — *Orçamento da Cidade (Contas e Contos do Distrito Federal) — Rio de Janeiro*, 1954 — 134 páginas.

O Ministro João Lira Filho, renovando a prática iniciada com as "Malhas da Fazenda", publica o seu relatório sôbre o orçamento municipal para o exercício de 1954, acostando-lhe, à guisa de prefácio, um estudo excelente sôbre problemas atuais da vida financeira do Distrito Federal. Fecundado pela sua experiência de administrador e jurista, é um depoimento objetivo e conclusivo sôbre as finanças locais, apontando ao bom entendedor os seus vícios e desacertos. Homem de uma geração polìticamente espoliada, a sua vocação reprimida transparece com conselhos e diretrizes que aponta aos futuros administradores e homens públicos da metrópole.

Entendendo o orçamento como lei formal, ou melhor, como ato-condição, segundo a terminologia que Duguit popularizou, realça a desfiguração do princípio da universalidade, assinalando pautas marginais que não participam da receita e despesa confessadas. Tãopouco se conhece o vulto, ou sequer o fundamento de imunidades e isençõès consumadas na tradição ou no favoritismo.

O estudo minucioso e esclarecido das verbas orçamentárias oferece o panorama das tendências administrativas e, a par de verdades sabidas e conhecidas

(como a notória absorção de 85% da receita tributária com o custeio de pessoal), documenta a conclusão melancólica de que as despesas de funcionamento dos poderes públicos absorvem, quase totalmente, os recursos disponíveis, deixando-se à conta do *deficit* crônico as atividades de organização e investimento.

Nesse manancial, aparentemente árido, de números e doutrina financeira, não há sòmente alimento para a curiosidade de especialistas. Há, também, matéria prima para políticos e sociólogos, no esbôço sumário, mas idôneo, de angústias e desatinos.

CAIO TÁCITO

*

MARCELO J. LINHARES — *Natureza, fins e efeitos da prisão administrativa* — Belo Horizonte — 1953 — 109 páginas.

Aspirante à docência de Processo Penal, o Dr. Marcelo J. Linhares escolheu um tema de escasso tratamento entre nós, não obstante a afinidade com o Direito Administrativo. A não ser o opúsculo elementar de Malaquias dos Santos, publicado em 1927, a bibliografia nacional não oferece outro estudo sistemático do assunto, apenas cogitado esparsamente pelos especialistas das disciplinas limítrofes.

O trabalho atual contém apreciável síntese do direito nacional e comparado, embora sem esgotar as possibilidades que a matéria sugere tanto no campo processual, como no prisma administrativo. Seria de desejar a ausência de deslises terminológicos, embora veniais, como a "suspensão administrativa" com o sentido de suspensão preventiva (página 29), ou a referência pleonástica a "erário público" (pág. 4). A nosso ver, não é fiel à boa doutrina a aceitação da tese contratual da função pública (págs. 26 e 69), nem adequada a remissão ao decreto-lei n.º 1.713, de 1939, já revogado pela lei n.º 1.711, de 1952. Menos feliz, também, nos parece o cômputo do tempo de prisão administrativa na duração da pena privativa da liberdade (pág. 92).

Estas observações não invalidam, porém, o tom de excelência da contribuição, pràticamente de pioneiro, com que o autor se lançou à esquematização do problema. A sua tese abrange, com lucidez e aplicação, os pressupostos e efeitos da prisão administrativa, constituindo, sem dúvida, instrumento obrigatório de consulta a quantos necessitem trilhar esta senda ainda inóspita e rude.

CAIO TÁCITO

*

ANDRÉ BUTTGENBACH — *Théorie générale des modes de gestion des Services Publics en Belgique* — Bruxelas, 1952, 463 páginas.

Publicado sob os auspícios do Instituto Belga de Ciências Administrativas, êste valioso trabalho do Professor André Buttgenbach, da Universidade de Liège e Vice-Presidente do Conselho Superior de Assistência e Serviço Social, estuda, detalhadamente, o sistema administrativo belga e as formas de gestão dos serviços públicos.

Partindo de um conceito preliminar do serviço público, sobretudo com o socorro do direito administrativo francês, distingue o *serviço público orgânico*, exercitado diretamente por órgãos do Estado, do *serviço público virtual*, confiado à gestão privada.

Estuda, em capítulos especiais, o fenômeno de descentralização administrativa e a criação de organismos públicos personalizados, assim como a atribuição, a pessoas de direito privado, da execução de serviços públicos.

Além dos aspectos estritamente administrativos, estende-se a análise aos problemas financeiros e, sobretudo, orçamentários que resultam da formação de pessoas de direito público, dotadas de autonomia e de fontes especiais de receita, tema sôbre o qual versa, em sua

parte principal, o prefácio de Henri Matton, Presidente honorário da Côrte de Contas e Presidente do Instituto Belga de Ciências Administrativas.

Pela atualidade doutrinária e pelo extenso material informativo sôbre o regime de administração na Bélgica, a publicação em causa constitui leitura proveitosa e necessária ao estudo comparativo do Direito Administrativo.

CAIO TÁCITO